

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

FLÁVIA NAIRA OLIVEIRA DE JESUS

O PROCESSO DE SELEÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: uma
análise dos critérios de seleção adotado pela Biblioteca Artemis Leite do Ministério Público
do Estado do Pará.

Belém
2025

FLÁVIA NAIRA OLIVEIRA DE JESUS

O PROCESSO DE SELEÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: uma
análise dos critérios de seleção adotado pela Biblioteca Artemis Leite do Ministério Público
do Estado do Pará.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito final para obtenção
do grau de Bacharel em Biblioteconomia à
Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade
Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Jetur Lima de Castro.

Belém

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D278p de Jesus, Flávia Naira Oliveira de Jesus.
O processo de seleção de fontes de informação jurídica : uma
análise dos critérios de seleção adotado pela Biblioteca Artemis
Leite do Ministério Público do Estado do Pará. / Flávia Naira
Oliveira de Jesus de Jesus. — 2025.
45 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jetur Lima de Castro
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de
Biblioteconomia, Belém, 2025.

1. Informação jurídica. 2. Bibliotecário jurídico. 3. Gestão
de bibliotecas. 4. Biblioteca Artemis Leite. I. Título.

CDD 025.21

FLÁVIA NAIRA OLIVEIRA DE JESUS

O PROCESSO DE SELEÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: uma análise dos critérios de seleção adotado pela Biblioteca Artemis Leite do Ministério Público do Estado do Pará.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Jetur Lima de Castro.

Data de aprovação: 31 de março de 2025

Conceito:

BANCA EXAMINADORA:

Orientador

Prof. Dr. Jetur Lima de Castro - UFPA

Membro Interno

Prof. Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA

Membro externo

Bib. Mestre Rodrigo de Oliveira Paiva

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante a graduação e escrita deste trabalho de conclusão acadêmica com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus pais Flávio Afonso Luz de Jesus e Cinara da Costa Oliveira que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Ao meu namorado Gustavo dos Santos Costa pelo apoio, incentivo, ajuda, compreensão e paciência demonstrada durante o período de escrita.

A minha cachorrinha Jade, fiel companheira que esteve ao meu lado nas longas horas de estudo, permitindo que a tensão se dissipasse em meio aos carinhos na barriga.

Agradeço ao meu orientador Prof. Me. Jetur Lima de Castro por aceitar conduzir o meu trabalho.

Também agradeço aos meus amigos Pedro Bordallo, Irlene Lobato, Paulo Sérgio, Rebeca Diniz e Luana de Paula Pinheiro que sempre me incentivaram a não desistir e comemoraram comigo cada pequena vitória do curso e da escrita.

A todos os meus professores do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará pela excelência da qualidade técnica de cada um.

A equipe da Biblioteca do Ministério Público do Estado do Pará que colaborou para realização dessa pesquisa e me ensinaram muito na experiência de estágio.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

RESUMO

A pesquisa analisou a estrutura, os critérios de seleção e a organização das fontes de informação jurídica disponíveis na Biblioteca Artemis Leite, vinculada ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). O estudo, de caráter qualitativo e descritivo, adotou a pesquisa documental e a observação participante como principais métodos de coleta dados e para a interpretação destes a análise de conteúdo. A Biblioteca Artemis Leite destaca-se por sua atuação especializada na área jurídica, oferecendo suporte técnico e informacional aos membros, assessores e servidores do MPPA. Identificou-se que a biblioteca adota critérios rigorosos na seleção de suas fontes informacionais, considerando aspectos como a relevância temática, a credibilidade das fontes e a adequação ao contexto institucional. Essa prática visa garantir que as informações disponibilizadas atendam de forma precisa às demandas informacionais dos operadores do direito. Além do acervo físico, a biblioteca ampliou seu alcance por meio da adoção de plataformas digitais, permitindo que servidores localizados em regiões mais afastadas também tenham acesso eficiente às informações jurídicas. Revelou-se que a atualização constante do acervo é mantida por meio de práticas como pesquisa diária por novas publicações, sugestões de usuários e participação em eventos promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Concluiu-se que a Biblioteca Artemis Leite desenvolve uma gestão eficaz e criteriosa das fontes de informação jurídica, assegurando a qualidade e a credibilidade do conteúdo disponibilizado. Recomenda-se, no entanto, que a biblioteca intensifique a realização de estudos de usuários e invista na modernização de seus processos para otimizar ainda mais o atendimento às demandas informacionais da instituição.

Palavras-chave: informação jurídica; bibliotecário jurídico; fontes de informação; gestão de bibliotecas; Biblioteca Artemis Leite.

ABSTRACT

The research analyzed the structure, selection criteria, and organization of legal information sources available at the Artemis Leite Library, linked to the Public Prosecutor's Office of the State of Pará (MPPA). The study, qualitative and descriptive in nature, adopted documentary research and participant observation as the main data collection and analysis methods, along with a literature review to provide theoretical support for the investigation. The Artemis Leite Library stands out for its specialized work in the legal field, offering technical and informational support to MPPA members, advisors, and staff. It was identified that the library adopts strict criteria in selecting its informational sources, considering aspects such as thematic relevance, source credibility, and alignment with the institutional context. This practice aims to ensure that the information provided meets the informational demands of legal practitioners effectively.

In addition to its physical collection, the library expanded its reach through the adoption of digital platforms, enabling staff located in remote regions to efficiently access legal information. It was revealed that the library maintains constant updates to its collection through practices such as daily searches for new publications, user suggestions, and participation in events organized by the Center for Studies and Functional Improvement (CEAF). The study concluded that the Artemis Leite Library effectively and meticulously manages its legal information sources, ensuring the quality and credibility of the content made available. However, it is recommended that the library intensify the conduct of user studies and invest in modernizing its processes to further improve its ability to meet the institution's informational demands.

Keywords: legal information; information sources; library management; Artemis Leite Library; legal librarian.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fundador da biblioteca Artemis Leite da Silva.....	20
Figura 2 - Entrada da biblioteca.....	22
Figura 3 - Balcão de referência e circulação.....	22
Figura 4 - Expositor de publicações recentes e histórico de brindes	23
Figura 5 - Carrinho de "troca-troca de livros"	23
Figura 6 - Acesso ao acervo.....	24
Figura 7 - Cabines de estudo individual	24
Figura 8 - Acervo da biblioteca	26
Figura 9 - Expositor "Autores do MPPA"	27
Figura 10 - Sacola de empréstimo	28
Figura 11 - Balcão de referência.....	29
Figura 12 - Unidade de pesquisa	30
Figura 13 - Mesa para devoluções de obras consultadas e estudo coletivo.....	30
Quadro 1 - Indicadores de critérios de seleção de plataformas	35
Quadro 2 - Critérios de seleção do acervo físico	36
Organograma 1 - Estrutura organizacional.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDDir	Classificação Decimal de Direito
CEAF	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
DOE	Diário Oficial do Estado
DOEMPPA	Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Pará
FABIB	Faculdade de Biblioteconomia
MP	Ministério Público
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	INFORMAÇÃO JURÍDICA	11
2.1	Fontes de informação jurídica.....	12
2.1.1.	Legislação.....	12
2.1.2.	Doutrina.....	12
2.1.3.	Jurisprudência.....	13
3	BIBLIOTECA JURÍDICA	14
3.1.	Bibliotecário jurídico	14
4	METODOLOGIA	17
5	BIBLIOTECA ARTEMIS LEITE: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	20
5.1.	Equipe.....	21
5.2.	Funcionamento e público	21
5.3.	Instalações	21
5.4.	Acervo.....	25
5.4.1.	Classificação.....	25
5.4.2.	Aquisição.....	25
5.4.3.	Estado de conservação e apresentação dos títulos.....	25
5.5.	Projetos da biblioteca	26
5.6.	Serviços.....	27
5.7.	Produtos	31
6	ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	34
6.1.	Critérios de seleção.....	34
6.1.1.	Plataformas digitais	34
6.1.2.	Acervo físico	36
6.2.	Práticas de atualização.....	37
6.3.	Garantia da qualidade da informação.....	38
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A democratização do acesso à informação acompanhou o avanço da tecnologia e seus meios. No passado, aguardava-se a publicação de livros para ter acesso ao conhecimento, um processo lento e demorado. Com o impacto da Revolução Industrial em diversas áreas e a introdução da internet ao mundo, o conhecimento passou a ser compartilhado por meio de sites em computadores. Atualmente a informação está literalmente na palma das mãos, muitas vezes disponível quase em tempo real e o uso da informação se intensificou em larga escala.

Diante disso, mecanismos de busca como Google, Yahoo e Bing, por exemplo, transformaram-se em um vasto oceano de informações com sua diversidade de fontes e origens. Essa disponibilidade de dados traz um lado positivo, representado pela facilidade de acesso, mas também um lado negativo: o volume excessivo de informações que necessitam de um tratamento adequado. A recuperação e tratamento desses dados poderão desempenhar um papel de qualidade no desenvolvimento das pesquisas dos operadores de direito, pois conforme enfatiza Pereira (2006) “o pesquisador encontrará milhões de possibilidades, porém, se não for orientado, perderá informações relevantes ao seu trabalho”.

Nem sempre é possível obter resultados satisfatórios nos mecanismos de busca que atendam às necessidades do pesquisador, uma vez que problemáticas como a credibilidade das informações disponíveis pode ser questionável, especialmente diante da grande quantidade de fontes existentes. “O trabalho de seleção deve ser criterioso, a busca por sites que realmente vão lhe valer, além da disponibilização de mais que uma alternativa para cada tipo de pesquisa” (Pereira, 2006) Neste quesito, o bibliotecário, portanto exerce papel fundamental de grande auxílio e segurança aos seus usuários por meio das habilidades adquiridas em formação.

Além da recuperação da informação, importa a seleção de obras jurídicas na composição do acervo físico e digital da biblioteca, como também em todos os serviços de disseminação da informação. Dessa forma, o acervo de uma biblioteca jurídica é criado para suprir as demandas do ambiente em que está inserido e as necessidades de seus usuários. É fundamental que essa biblioteca garanta a qualidade das fontes de informação disponíveis, sendo a credibilidade um dos critérios essenciais.

O direito é reconhecido por abranger uma gama de perspectivas e correntes de pensamento, por isso a diversificação de autores é essencial para compor uma biblioteca mais plural e abrangente. Acompanhar as pautas que estão em destaque, bem como aquelas que estão alinhadas à missão e à essência da instituição onde está inserida é prática crucial da biblioteca,

além do equilíbrio na renovação constante do acervo, preservando materiais de valor histórico, como decisões que fundamentaram casos emblemáticos de determinada época ou que permitem análises comparativas sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Diante desse contexto, torna-se necessário compreender como ocorre o processo de seleção e avaliação das fontes de informação que integram o acervo da Biblioteca Artemis Leite da Silva, pertencente ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A questão levantada é: De que modo as bibliotecárias realizam a seleção dos materiais que compõem o acervo e quais os critérios utilizados para definir a relevância das informações incorporadas? Considerando que nem todo conteúdo disponível pode, de fato, ser útil ao usuário.

Mediante essa reflexão, justifica-se a necessidade de analisar os métodos e critérios de seleção e avaliação das fontes do acervo da biblioteca. A partir das práticas e experiências adotadas pelos bibliotecários, conhecer o estruturamento, produtos e serviços, e demonstrar a relevância da biblioteca jurídica para os seus usuários, especialmente diante das constantes atualizações nas fontes e materiais jurídicos.

O objetivo geral do trabalho é analisar a estrutura e os critérios de seleção e organização das fontes de informação jurídica disponíveis na Biblioteca Artemis Leite do Ministério Público do Estado do Pará.

Os objetivos específicos do trabalho são: a) Identificar os critérios de seleção do acervo físico e digital da biblioteca; b) compreender as práticas de atualização do acervo e c) entender o processo de garantia de qualidade da informação.

O trabalho está dividido em 7 seções. Na seção 1 temos a introdução, a seção 2 apresenta a informação jurídica e suas fontes de informação, a seção 3 aborda sobre a biblioteca jurídica e o bibliotecário jurídico, na seção 4 é apresentada a metodologia utilizada, a seção 5 traz a estrutura e funcionamento da biblioteca, a seção 6 trata a análise de dados e interpretação dos resultados, e a última seção faz a conclusão deste trabalho.

2 INFORMAÇÃO JURÍDICA

A informação jurídica é a reunião de conhecimento jurídico que contém os elementos que os profissionais do direito necessitam para produzir análises e decisões, bem como o regulamento da sociedade. Ferreira e Maculan (2018) argumentam que “a informação jurídica também assume a função de instrumento promotor e garantidor da publicidade e da transparência dos atos da administração pública”, disponível em diversos suportes informacionais, acompanhando a evolução tecnológica e as mudanças temáticas.

Embora a área jurídica esteja em constante atualização, a informação não perde seu valor nem pode ser considerada obsoleta, pois, ao longo dos anos, pode servir como base para estudos e para a compreensão do contexto histórico em que era o principal referencial ou estava em destaque. De acordo com Lopez-Muñiz (1984), a informação jurídica possui validade quase que permanente, interessando ao jurista não apenas a legislação em vigor, mas também às anteriores.

Martinho (2006, p. 91) caracteriza a informação jurídica a partir dos seguintes itens:

- a) grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do Direito, constante produção de doutrinas);
- b) grande diversidade de fontes de informação;
- c) proliferação de suportes de informação (bases de dados, CD ROMs, WWW); Interação com outras áreas do conhecimento (Filosofia, Sociologia, Economia, História, Informática, Política etc.);
- d) público-alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida);
- e) necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte;
- f) necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

Barros (2004, p. 205-206) destaca a informação jurídica como sendo a base essencial ao ofício dos juristas, legisladores, advogados, estudantes e profissionais de Direito, consultores jurídicos, juízes, desembargadores, ministros, procuradores, membros do Ministério Público e outros profissionais de carreira. Dessa forma, a precisão e a confiabilidade das informações jurídicas são essenciais para pesquisas e práticas profissionais na área do direito, tornando-se elemento indispensável para a formação e o aprimoramento constante dos operadores do direito.

A informação jurídica é organizada por fontes de informação, tradicionalmente as três principais fontes são legislação, doutrina e jurisprudência definidas no tópico a seguir:

2.1 Fontes de informação jurídica

Para definição de fonte de informação jurídica entende-se como local ou meio pela qual o bibliotecário encontra e dissemina a informação para o público jurídico ou a quem dela buscar. Passos e Barros (2009), destacam que “as fontes de informação jurídicas exercem um papel relevante no desenvolvimento das ações do profissional de direito”, sendo elemento importante e norteador de atividades.

As principais fontes de informação são:

2.1.1. Legislação

A legislação é um componente central do sistema jurídico, compreendendo o conjunto de normas e regras que regem o comportamento das pessoas e das instituições em uma sociedade. Segundo Marques Júnior (1997, p. 165), a legislação “é representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração”.

É o principal instrumento do direito, fundamental para a organização e o funcionamento do Estado e da sociedade, criada pelos órgãos legislativos competentes e tem como objetivo principal garantir a ordem, a justiça e a segurança jurídica. De acordo com Miranda e Miranda (2017) “o conjunto de atos normativos é uma ferramenta essencial ao exercício legal da profissão de qualquer jurista”. Sua produção acontece em grandes proporções. São exemplos dela: a constituição, emendas, lei provisórias etc.

2.1.2. Doutrina

A palavra doutrina vem do latim “*doctrina*” que significa ensino ou instrução. A doutrina, conforme definição de Guimarães (1989, p. 66), “consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas”. Composta por estudos, análises, comentários e teorias elaboradas por juristas, acadêmicos e especialistas na área jurídica, oferece uma compreensão aprofundada dos conceitos e princípios legais, além de influenciar a formação de jurisprudência e a elaboração legislativa.

Cunha e Cavalcanti (2008) definem doutrina como a reunião de documentos teóricos sobre um assunto que abrange conceitos, ideias e opiniões que os autores apresentam e

defendem no estudo e no ensino do Direito.

A doutrina tem um papel essencial na formação e na aplicação do direito. Ela auxilia os operadores do direito, como advogados, juízes e legisladores, na compreensão e interpretação das normas jurídicas. Muitas vezes, os julgadores recorrem à doutrina para fundamentar suas sentenças, especialmente em casos complexos ou inéditos. Seus meios de publicações são realizados por livros, artigos, tratados, pareceres e ensaios, nos quais são analisadas e discutidas diversas temáticas do direito.

2.1.3. Jurisprudência

A jurisprudência representa a prática e a experiência dos tribunais na interpretação das leis através das decisões, de acordo com Atienza (1979, p. 51), é “o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes”. Ela desempenha um papel crucial na interpretação e aplicação das normas jurídicas, influenciando a atuação dos operadores do direito e contribuindo para a uniformidade e a previsibilidade das decisões judiciais.

A análise de decisões anteriores proporciona uma base sólida para a argumentação jurídica, garantindo que as decisões sejam coerentes e embasadas em precedentes estabelecidos. Essas decisões são proferidas por órgãos jurisdicionais, como tribunais e cortes superiores, e servem como orientação para a resolução de casos futuros semelhantes.

A jurisprudência é um componente vital do sistema jurídico, proporcionando orientação, estabilidade e previsibilidade nas decisões judiciais. Sua análise e aplicação são fundamentais para a administração da justiça e para a evolução contínua do direito, garantindo que as normas jurídicas acompanhem as mudanças sociais e tecnológicas.

3 BIBLIOTECA JURÍDICA

A biblioteca, de modo geral, é responsável pela organização, tratamento e disseminação da informação, além de ser coletadora e promover o acesso ao conhecimento. As bibliotecas jurídicas conforme Miranda, D'Amore e Pinto (2013) “objetivam disseminar a informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como, também, auxiliar a todos os juristas na aplicação da justiça e até mesmo criar pensamento jurídico”.

Tendo em vista sua especialidade, o acervo desta biblioteca devem estar de acordo com as necessidades da sua instituição e seus usuários. O processo de seleção, organização e desenvolvimento da coleção precisa ser elaborado para as especificidades e atualização constante de informações. Vários fatores são determinantes para que a biblioteca alcance a excelência, sendo alguns deles a gestão de qualidade e uma boa política de desenvolvimento de coleções.

A gestão de qualidade, de acordo com Miranda, Gallotti e Miranda (2016) é o “conjunto de atividades com a finalidade de enquadrar um produto ou serviço entre os requisitos que atendam às expectativas e necessidades dos clientes visando a sua satisfação”. É um processo regular que deve ser buscado pela biblioteca a fim de que a informação corresponda ao padrão de qualidade estabelecido.

Outro fator é a elaboração da política de desenvolvimento de coleções, a qual Vergueiro (1989) destaca que é imprescindível ter alguns dados essenciais para apreciação, tais como: o estado atual da coleção (quais áreas jurídicas encontram-se inadequadas, necessitando de novas aquisições e quais áreas encontram-se eficientes para atender a demanda) e as necessidades informacionais da comunidade a ser servida. Dessa forma, determinar critérios de seleção para aquisição do acervo tanto no meio digital, quanto no físico é elementar para garantir que a qualidade da informação fornecida na biblioteca e sua relevância no contexto em que está inserida.

Estes fatores são manejados por um profissional, o bibliotecário jurídico e sua importância é abordada no tópico seguinte.

3.1. Bibliotecário jurídico

Um dos maiores desafios para o bibliotecário ao iniciar sua atuação em uma biblioteca especializada na área jurídica é lidar com uma temática bastante específica, já que, durante a

formação, essa disciplina não faz parte da grade curricular obrigatória do curso de biblioteconomia. Ferreira e Maculan (2018) apontam que “o pressuposto essencial para a atuação do bibliotecário na área jurídica é o conhecimento do domínio, inicialmente com noções básicas do Direito”. Dessa forma, o ideal seria que o profissional tivesse também formação em direito, porém na prática o que ocorre, muitas vezes, é que as habilidades específicas são adquiridas por meio da vivência diária ao longo das atividades.

Geraldo e Pinto (2019) afirma “entre as habilidades que este profissional deve possuir, destaca-se a capacidade para a pesquisa, organização da informação em diferentes suportes, tratamento da informação e atendimento aos usuários, e gestão de unidades de informação”. São diversos os seguimentos de trabalho para o bibliotecário jurídico, Ferreira e Maculan (2018) citam “escritórios de advocacia, prestação de assessoria, bibliotecas universitárias, tribunais e outros órgãos públicos”,

O bibliotecário jurídico é definido por Passos (2001) como “o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente”, sendo este um dos atributos de maior interesse para os usuários de biblioteca jurídica. A celeridade nos resultados de sua pesquisa é importante e determinante, por isso recorrem ao bibliotecário para aplicar de forma eficiente as ferramentas e estratégias de pesquisas de acordo com a solicitação do pesquisador utilizando os meios, locais, fontes para fornecer informação de qualidade ao usuário promovendo sua satisfação.

O bibliotecário age como mediador sempre pesquisando novos meios e recuperando informações uteis conforme a essência da instituição que a biblioteca está inserida e não somente quando há solicitação direta, mas com o objetivo de atualizar a biblioteca.

A seleção e organização das fontes de uma biblioteca especializada na área jurídica vai além de suas publicações físicas, com a modernização da informação o bibliotecário jurídico, segundo Passos (2001) “agora seleciona também os sites ou páginas na Internet que trariam informações atualizadas e confiáveis de interesse para seus usuários”. Em uma área de grande produção informacional, muitos documentos produzidos por essas fontes podem se tornar inacessíveis ou irrecuperáveis, para o operador do direito, se não forem selecionados e organizados adequadamente.

O bibliotecário como facilitador da mediação da informação entre a biblioteca e seu usuário, na ótica jurídica, é elementar. Mesmo diante dos desafios de capacitação para uma área tão técnica, consegue realizar com excelência sua atividade, se incorporar os fundamentos

básicos aprendidos ao seu dia a dia.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por adotar uma abordagem qualitativa, cuja principal característica é a interpretação aprofundada de fenômenos sociais e institucionais. Essa abordagem possibilitou a compreensão detalhada dos processos adotados na Biblioteca Artemis Leite, pertencente ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), no que diz respeito à seleção, atualização e garantia da qualidade das fontes de informação jurídica.

Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa destaca-se por privilegiar a análise interpretativa, enfatizando os significados e compreensões subjetivas atribuídas pelos sujeitos envolvidos no estudo. Além da abordagem qualitativa, a pesquisa insere-se no modelo de estudo de caso, que consiste na investigação detalhada e intensiva de uma unidade específica, com vistas a proporcionar uma compreensão aprofundada da realidade estudada (Yin, 2001).

O estudo de caso é uma técnica apropriada para analisar instituições e seus processos internos, especialmente quando há a intenção de explorar fenômenos complexos, como os procedimentos de seleção e atualização de fontes de informação jurídica em uma biblioteca especializada.

A pesquisa tem caráter descritivo, uma vez que se propõe a descrever e analisar as práticas da Biblioteca Artemis Leite na seleção, organização e atualização de fontes de informação jurídica. Essa característica descritiva é destacada por Cervo et al. (2007), que afirmam que pesquisas descritivas se concentram na observação, registro e análise minuciosa de fenômenos com o objetivo de explicá-los e interpretá-los.

Além de ser descritiva, a pesquisa é também documental, visto que utiliza como fonte principal de dados os registros e documentos internos da biblioteca, além de materiais administrativos e normativos que fundamentam suas práticas de gestão do acervo. A pesquisa documental é adequada para analisar fontes diversificadas que ainda não receberam tratamento analítico adequado, conforme Fonseca (2002).

A pesquisa bibliográfica foi realizada para sustentar teoricamente a investigação e embasar as discussões sobre fontes de informação jurídica, desenvolvimento de coleções, o papel do bibliotecário jurídico e as práticas recomendadas para a gestão de acervos especializados. Foram realizadas no Portal de Periódicos Capes, utilizando artigos de periódicos e monografias indexados nas bases: BRAPCI, Scielo, LISA e Repositório Institucional do IBICT, outras fontes utilizadas incluem livros, artigos científicos e documentos normativos que tratam do tema abordado. Essa etapa foi fundamental para compreender os critérios teóricos

que orientam as práticas da biblioteca em questão. A pesquisa documental foi um dos principais procedimentos utilizados para coleta de dados.

No contexto da Biblioteca Artemis Leite, foram analisados documentos e fotos como registros de aquisições e processos licitatórios, planilhas de controle e organização do acervo, relatórios de atividades da biblioteca, registros de treinamento e participação de bibliotecários em eventos do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e documentos que descrevem as práticas adotadas na disseminação da informação jurídica. Essa coleta documental permitiu uma visão ampla e detalhada das ações desenvolvidas pelas bibliotecárias responsáveis, além de revelar os desafios enfrentados na atualização e seleção de fontes informacionais.

A observação participante foi outro procedimento adotado, permitindo ao pesquisador acompanhar diretamente as práticas e rotinas da biblioteca. A partir da perspectiva de estágio, a observação ocorreu pelo período de dois anos, entre 2017 e 2019, e no dia 13 de março de 2025, no período da manhã, a fim de complementar as informações sobre as bibliotecárias no exercício de suas atividades diárias, como o atendimento ao público, a organização do acervo e a condução dos processos de seleção e aquisição de fontes informacionais. A observação participante, conforme Fonseca (2002), favorece a compreensão dos elementos subjetivos que permeiam o contexto estudado, proporcionando ao pesquisador maior proximidade com a realidade da instituição. Essa prática foi fundamental para complementar as informações obtidas por meio da pesquisa documental e da observação participante.

A análise dos dados foi conduzida com base na combinação de técnicas adotadas na análise de conteúdo, que conforme Bardin (1977) ‘leva em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas’ e o processo de categorização a partir dos dados coletados na observação participante e dos documentos analisados que possibilitou uma análise detalhada e abrangente das práticas adotadas na Biblioteca Artemis Leite.

O processo de categorização, de acordo com Bardin (1977) “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. A saber as categorias gerais obtidas a partir da experiência de estágio para compreender os critérios de seleção foram “plataformas digitais” e suas subcategorias (referência, experiência, conteúdo, funcionalidade, acesso, custo e solicitação) e “acervo físico” e suas subcategorias (assunto

principal, autoridade do autor, assuntos atuais, renovações de coleções, sugestão de usuário e áreas de interesse do MP).

A abordagem integrada foi essencial para compreender como os processos de seleção, atualização e garantia da qualidade da informação jurídica são conduzidos na instituição, destacando tanto os pontos fortes quanto os desafios enfrentados pelas bibliotecárias responsáveis.

5 BIBLIOTECA ARTEMIS LEITE: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A biblioteca foi fundada em 26 de novembro de 1984 pelo Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva, renomado jurista (Figura 1), é especializada na área jurídica e um órgão auxiliar de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, situado na rua João Diogo, no bairro Cidade Velha, localizada no térreo do prédio sede do MPPA.

Figura 1 - Fundador da biblioteca Artemis Leite da Silva



Fonte: Própria autora (2025)

A biblioteca passou a ser subordinada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, de acordo com a nova estrutura definida pela Lei nº 10.447, de 08 de abril de 2024, agora a biblioteca possui a seguinte estrutura organizacional:

Organograma 1 - Estrutura organizacional



Fonte: Própria autora (2025)

5.1. Equipe

O quadro de pessoal é de 10 pessoas, a equipe está formada por 8 pessoas, sendo: 4 bibliotecárias (Lucilene Amaral que exerce o cargo de chefe da biblioteca há 17 anos; Andreia Caldas que é responsável pelo processamento técnico há 7 anos; Sizete Medeiros responsável pelo serviço de editoração e publicação, atua na biblioteca há 12 anos; e Josilane Rodrigues que participa do processo licitatório e cronograma de assinaturas, além de auxiliar as bibliotecárias em período de alta demanda, atua na biblioteca a menos de 2 anos), 2 auxiliares de serviços gerais e 2 estagiárias de biblioteconomia, restando duas vagas no quadro de estagiários a ser preenchida.

5.2. Funcionamento e público

A biblioteca presta atendimento ao público de segunda a sexta, no horário das 8h às 14h. O público atendido são membros, assessores, analistas jurídicos, servidores e estagiários do MP, além do público externo.

5.3. Instalações

O acesso à biblioteca é pelo prédio sede, sendo necessário ao visitante um cadastro na

recepção do prédio sede do MPPA para circular com um crachá de visitante. Após ingresso é possível identificar a entrada da biblioteca (Figura 2).

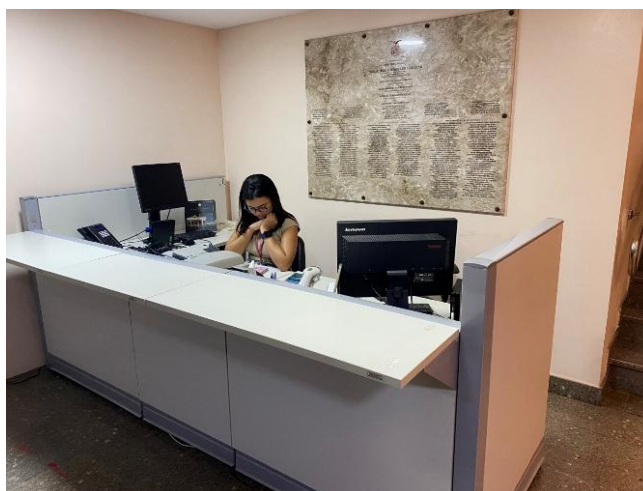
Figura 2 - Entrada da biblioteca



Fonte: Biblioteca Artemis Leite da Silva (2024)

No balcão de referência e devoluções (figura 3) encontramos uma estagiária que auxilia na consulta ao catálogo e direciona o usuário até o acervo no mezanino, realiza a devolução dos livros e cadastros de novos usuários.

Figura 3 - Balcão de referência e circulação



Fonte: Própria autora (2025)

Além é possível encontrar o carrinho do projeto “Troca-troca de livros” (figura 5) e um expositor (figura 4) com amostras de aquisições recentes do acervo e um histórico de brindes oferecidos nos eventos realizados pela biblioteca no dia 8 de março ao longo dos anos.

Figura 4 - Expositor de publicações recentes e histórico de brindes



Fonte: Própria autora (2025)

Figura 5 - Carrinho de "troca-troca de livros"



Fonte: Própria autora (2025)

Acessando o mezanino pela escada, fica localizada a entrada do acervo (figura 6), com o detector magnético de livros e dentro do acervo, no fundo das prateleiras conseguimos encontrar as 3 cabines de estudos individuais (figura 7)

Figura 6 - Acesso ao acervo



Fonte: Própria autora (2025)

Figura 7 - Cabines de estudo individual



Fonte: Própria autora (2025)

5.4. Acervo

O acervo é composto por livros técnicos especializados, periódicos, obras de referência específica da área (dicionários, enciclopédias), obras raras e multimeios. Possui cerca de 26 mil itens, mais de 4 mil livros digitais, catalogados no sistema PHL, que está operante desde 2008, ano em que foi informatizado, implementado na biblioteca e disponível para empréstimos e consultas.

5.4.1. Classificação

O acervo é classificado de acordo com a Classificação Decimal de Direito – CDDir e a tabela de Cutter, para algumas obras gerais é utilizado a Classificação Decimal de Dewey – CDD, a etiquetagem dos livros é feita de acordo com a CDD, CDDir e a tabela de Cutter.

5.4.2. Aquisição

Por ser integrante de um órgão público, a aquisição de material ocorre por processo licitatório que prevê aquisição duas vezes por ano de acordo com orçamento estabelecido. O processo licitatório é extenso e burocrático, começa com a análise criteriosa e aprovação da planilha de livros para aquisição (assunto, título, autor, editora, ISBN, ano, quantidade e valor) realizada pela chefe da biblioteca e com aval final do CEAF. Posteriormente temos o orçamento que abarca compras planejadas e emergenciais distribuídas por ano e é acertada por ata.

Definido o orçamento, a escolha do distribuidor se inicia por pregão eletrônico, o vencedor recebe o “Termo de referência” que contém os livros aprovados para aquisição e as editoras de confiança da biblioteca, na qual o distribuidor deverá trabalhar por um ano. Com a nova lei de licitações de contratos, será possível renovar o período de trabalho.

5.4.3. Estado de conservação e apresentação dos títulos

O acervo se encontra em bom estado de conservação, assemelha-se a títulos quase novos, limpos, que não apresentam grandes marcas de uso e avarias na maioria de suas obras. As obras estão etiquetadas e a sinalização por assunto está no topo das prateleiras para orientar o usuário (figura 8).

Figura 8 - Acervo da biblioteca



Fonte: Própria autora (2025)

5.5. Projetos da biblioteca

Esse tópico aborda os projetos desenvolvidos pela biblioteca, o primeiro deles é chamado de **“Troca-troca de livros”** com intuito de fazer, como o próprio nome diz, a troca de livros e saberes, localizado na entrada da biblioteca, no térreo, é possível encontrar um carrinho chamado de *“Troca-troca de livros”* (figura 5) onde qualquer pessoa que visite a biblioteca pode deixar, levar ou fazer a troca de algum item, seja livro ou revista, de assuntos variados e na quantidade que desejar.

Um outro projeto chamado **“Autores do MPPA”** visa incentivar a produção intelectual e promover os autores do MPPA, a biblioteca reuniu todos os livros de autoras e autores do MP, incluindo membros e servidores. São cerca de cem títulos disponibilizadas de áreas variadas do direito como assuntos técnicos jurídicos até obras de literatura como poesias, contos etc. As

obras estão catalogadas no sistema, organizadas também em um catálogo de ebook produzido pela equipe da biblioteca, e disponíveis para empréstimo, o expositor dos autores fica dentro do acervo da biblioteca (figura 9)

Figura 9 - Expositor "Autores do MPPA"



Fonte: Própria autora (2025)

5.6. Serviços

A biblioteca oferece diversos serviços que são explicados a seguir:

Empréstimos: circulação de materiais oferecidos para usuários cadastrados no sistema. Para membros, assessores e analistas jurídicos, o quantitativo de livros que podem ser emprestados é de até 5, por 10 dias; servidores e estagiários podem emprestar 3 livros por 7 dias. O material emprestado é entregue em sacolas que a própria biblioteca fornece no balcão de referência (Figura 10)

Figura 10 - Sacola de empréstimo

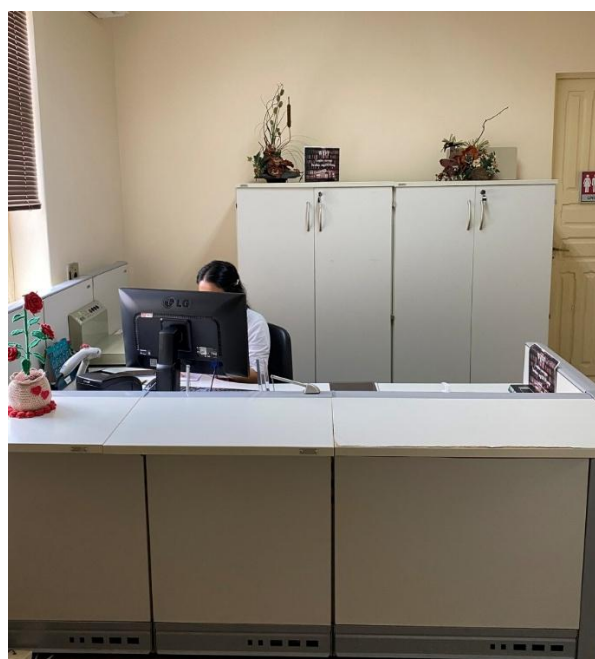


Fonte: Própria autora (2025)

Renovação de títulos: a renovação pode ser feita pelo igual período de empréstimo, desde que não esteja em atraso, realizada no sistema ou no balcão de referência, sem a necessidade de apresentar o título que foi emprestado.

Devolução de títulos: no balcão de referência (figura 3 e figura 11), tanto no térreo ou mezanino, é recepcionado os títulos que são devolvidos, verificados se não houve avarias, perdas ou danos, e registrada a devolução no sistema para liberar o título para empréstimo/renovação. A penalidade para títulos devolvidos fora do prazo é a suspensão pelo dobro de dias de atraso.

Figura 11 - Balcão de referência



Fonte: Própria autora (2025)

Reserva de títulos: para as obras que estão emprestadas, o usuário pode realizar a reserva no sistema e é notificado por e-mail quando a obra está disponível para empréstimo.

Consulta ao acervo: serviço que atende a toda comunidade interna e externa (visitantes), por se tratar de acervo de livre acesso, o usuário pode utilizar os espaços e livros pelo tempo em que estiver na biblioteca. A consulta pode ser feita no catálogo através de uma unidade de pesquisa localizada bem na entrada da biblioteca, ou procurando por assuntos no topo das estantes. Após a consulta dos livros, é norma da biblioteca que o usuário deixe o material utilizado em uma mesa para que seja arquivado da maneira correta por um responsável da equipe. A estação de pesquisa (figura 12) e o local para deixar o material consultado (figura 13).

Figura 12 - Unidade de pesquisa



Fonte: Própria autora (2025)

Figura 13 - Mesa para devoluções de obras consultadas e estudo coletivo



Fonte: Própria autora (2025)

Pesquisa Jurídica: serviço de busca e localização de informações jurídicas (doutrina, legislação e jurisprudência) para atendimento das demandas dos usuários do MPPA. A bibliotecária responsável recepciona o pedido, faz a pesquisa e envia os resultados ao solicitante pelo e-mail institucional.

Normalização de publicações do MPPA: serviço de aplicação de normas técnicas para a formatação e apresentação de publicações do MPPA, como por exemplo: cartilhas institucionais, manuais e fichas catalográficas.

Disseminação da informação: divulgação das informações da biblioteca através do e-mail que engloba o envio de cards de novidades da biblioteca (livros e artigos) indicando onde encontrar (acervo ou plataforma), atualização diária da legislação relacionada ao MPPA oriunda dos diários oficiais facilitando a recuperação de informações e conhecimento por todos, e finalmente a divulgação de novos artigos da Revista IOB organizados por uma lista linkável que leva o usuário direto pro artigo que lhe interessar.

Indexação de legislação estadual: serviço que compreende a atribuição de palavras-chave a legislação selecionada de interesse do MPPA e cadastramento no sistema PHL.

Análítica de periódicos: registro de cada artigo dentro dos periódicos selecionados, permitindo a busca e recuperação de informações de interesse da Instituição dentro sistema PHL.

Orientação para uso dos recursos informacionais disponíveis: instruções e treinamentos que auxiliem o usuário na utilização das plataformas e serviços fornecidos pela biblioteca.

Cadastro no sistema: serviço realizado a cada novo usuário onde é necessário crachá de identificação, e-mail, criação de login e senha para utilização do sistema e demais serviços. Ao público externo não está disponível o cadastro na biblioteca.

Bibliotecas Digitais: a biblioteca oferece 5 plataformas para acesso através da intranet, essas plataformas oferecem livros digitais, doutrina, legislação, jurisprudência, vídeos, modelos de contratos etc.

5.7. Produtos

Dos produtos oferecidos pela biblioteca encontram-se as plataformas e a revista IOB,

que expandiram o acesso à biblioteca e alcançaram as necessidades de pesquisa dos usuários a distância (domiciliar ou pelo interior do estado), assim como nas instalações do MP nas estações de trabalho. São elas:

Fórum conhecimento jurídico: biblioteca digital em módulos que compõe revistas científicas, livros, vídeos e informativos, da Editora Fórum LTDA com inexigibilidade, que é a exclusividade comprovada por meio da declaração do editor informando que a plataforma possui os direitos autorais registrados e que não tem nenhum representante ou fornecedor realizando a comercialização. Possui mais de 1314 livros digitais, 59 títulos de periódicos e mais de 400 vídeos, conteúdo atualizado e com autores renomados. Funcionalidades: pesquisa avançada, pesquisa por operadores booleanos, criar pastas, criar anotações e marcações, impressão de marcações e referência bibliográfica. O conteúdo é vendido, dessa forma uma vez adquirido ficará permanentemente disponível. Acesso pela intranet.

RT Proview (livros digitais): é uma biblioteca de livros eletrônicos desenvolvida com a tecnologia da empresa multinacional Thomson Reuters. Possui mais de 2 mil obras disponíveis que abrange as mais diversas áreas do direito, contribuindo para um melhor aproveitamento nos estudos e no campo profissional. Acesso por cadastro individual realizado na biblioteca.

RT online (legislação, doutrina e jurisprudência): integrante do mesmo grupo da Thomson Reuters, esta parte do catálogo abrange os periódicos com o selo editorial da Revista dos Tribunais onde são encontradas as três principais fontes jurídicas de informação. Acesso pela intranet

Lex Magister: plataforma de revistas especializadas e sistema de pesquisas online com conteúdo jurisprudencial, legislativo, doutrinário, prático-processual e repositório. É o primeiro reconhecido como repositório autorizado pelo STF, STJ e TST, que contém julgados disponíveis para pesquisas na mesma data em que publicados nos Diários de Justiça da União e dos Estados. O sistema de pesquisas se chama “*MagisterNet*” e nele é possível encontrar, além das três principais fontes jurídicas de informação, dicionário jurídico, prática jurídica, modelos (contratos, sentenças, despachos, pareceres e denúncias) e prazos processuais. Os periódicos especializados abrangem nove áreas diferentes do direito. Acesso pela intranet.

Tirant – Latam – base de dados de legislação e jurisprudência que contempla arquivos da América Latina, Espanha e Portugal. A biblioteca virtual Tirant Lo Blanch, possui mais de 800 livros digitais, com diferencial da área de Direitos Humanos e legislação Internacional.

Acesso pela intranet.

Revista Jurídica IOB – revista de informação jurídica como doutrina, jurisprudência e legislação, avaliada com nota A4 no programa Qualis Capes do Ministério da Educação. Plataforma acessada apenas pela equipe de bibliotecárias, de acordo com o tipo de assinatura disponibilizada pela IOB e contratada pela biblioteca. O acesso dos usuários pode ocorrer ou pelo serviço de disseminação da informação por e-mail, ou pela busca no catálogo online da biblioteca, pois todos os artigos são indexados no sistema PHL para a recuperação e pesquisa do usuário.

6 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da pesquisa documental, análise de conteúdo e observação participante.

6.1. Critérios de seleção

Nesta subseção do estudo apontam-se as respostas e discussões sobre os critérios de seleção com foco na compreensão do processo nos meios digitais e físicos do acervo, através do processo de categorização definidas a partir da observação.

6.1.1. Plataformas digitais

O processo de escolha de uma nova plataforma ou da renovação de contrato com a biblioteca envolve:

- a) Referência - aqui busca-se conhecer quais bibliotecas e órgãos públicos que aderiram a plataforma avaliada, principalmente no âmbito do Ministério Público, esta é a métrica utilizada na biblioteca que visa garantir a credibilidade e referências de uso;
- b) Experiência - nesse aspecto busca-se conhecer qual o conceito da plataforma no mercado e seu tempo de atuação;
- c) Conteúdo – aqui é observada quais editoras são integrantes e a partir disso ter a noção do tipo de conteúdo disponibilizado, outro aspecto é identificar se é especializada em algum tipo de fonte jurídica e quais ela fornece;
- d) Funcionalidade – compreende a fase de teste por meio do login e senha fornecido pelo representante para que as bibliotecárias naveguem pela plataforma pelo período de uma semana, descobrindo as ferramentas e recursos, com objetivo de fazer levantamento de feedback de uso e dúvidas;
- e) Acesso – neste tópico busca-se conhecer quantos acessos a plataforma pode receber simultaneamente, a possibilidade de acesso se atrelar a intranet da instituição ou possui apenas suporte individual, quantos cadastros e usuários é capaz de receber. É importante que a plataforma consiga abranger o número de servidores que o MPPA dispõe, cerca de 2 mil usuários, pois o acesso remoto as plataformas da biblioteca são cruciais para o desenvolvimento das atividades dos servidores no interior do estado;

- f) Custo – neste indicador avalia-se o custo-benefício da aquisição, conhecer o valor dos planos disponíveis e quantidade de usuários de cada plano, o custo caso o acesso seja intranet, geralmente dobra, se o valor encaixa na verba disponível para essa aquisição e se o representante está aberto a negociação;
- g) Solicitação – esse indicador não seria de uso contínuo em todas as análises, tendo em vista que não é demanda recorrente até então, houve apenas um caso em que o CEAF trouxe a indicação direta e a verba para adesão, o pedido à biblioteca se resumiu na avaliação a partir do intervalo de critérios entre “A e E”.

Para melhor exemplificar os critérios de seleção, o quadro1 apresenta os indicadores de critérios de seleção

Quadro 1 - Indicadores de critérios de seleção de plataformas

Indicador	Descrição
Referência	Bibliotecas jurídicas e órgãos públicos
Experiência	Tempo de mercado
Conteúdo	Editoras integrantes e conteúdo
Funcionalidade	Teste das ferramentas oferecidas
Acesso	Disponibilidade, formas e tipos de acesso
Custo	Custo-benefício e planos
Solicitação	Demanda ou pedido de usuário

Fonte: Autoria própria

Dessa forma a biblioteca consegue ter uma visão do que será oferecido nos meios digitais ao usuário e pode iniciar o processo licitatório, esse processo e cuidado que a biblioteca faz na avaliação revela um posicionamento bem preocupado quanto ao que será oferecido ao usuário, um trabalho minucioso e detalhista, cuja finalidade é a satisfação máxima do usuário.

Sena e Pires (2012, p. 5) dissertam que a “informação precisa ser disponibilizada com qualidade aos usuários, devendo os bibliotecários ter bastante proficiência para desempenharem tal tarefa”.

6.1.2. Acervo físico

Nesta subseção será abordado os parâmetros para a seleção que compõe a lista de livros para aquisição:

- a) Assunto principal – é o primeiro critério geral de seleção do acervo, por se tratar da essência e local onde está inserida a biblioteca, tudo que está sendo publicado sobre o MP é inserido na seleção prévia do acervo;
- b) Autoridade do autor – visa inserir na lista os autores renomados da área jurídica, além de manter os que já são integrantes do acervo, e aqueles cujas publicações falem sobre MP;
- c) Assuntos atuais – neste critério visa identificar e atender os assuntos que estão sendo discutidos no MP, a fim de acompanhar o desenvolvimento da área e manter o a atualização do material disponível.
- d) Renovações de coleções – neste critério, as coleções de maior destaque, relevância e uso para instituição passa pelo processo de aquisição;
- e) Sugestão de usuário – por se tratar de um órgão técnico e especializado, esse critério é considerado como prioridade de aquisição também, já que a solicitação vem sempre da necessidade de atender uma lacuna no conhecimento que vai influenciar na execução da atividade, entretanto a sugestão deve atender o interesse coletivo da comunidade, e não específico/individual (ex: livros de concurso);
- f) Áreas de interesse do MP – procura-se cobrir os assuntos que são do interesse da instituição, que norteiam a atividade da entidade (combate à corrupção, controle externo da atividade policial, saúde, educação etc.).

Para melhor exemplificar os critérios de seleção do acervo físico, o quadro 2 apresenta os indicadores de critérios de seleção

Quadro 2 - Critérios de seleção do acervo físico

Indicador	Descrição
Assunto principal	Ministério Público
Autoridade do autor	Autores renomados na área jurídica
Assuntos atuais	Assuntos discutidos no MP

Renovações de coleções	Atualização de coleção com maior destaque
Sugestão de usuário	Interesse coletivo
Áreas de interesse do MP	Assuntos que norteiam a atividade do MP

Fonte: Própria autora (2025)

6.2. Práticas de atualização

A gestão de um acervo atualizado se tornou um desafio para bibliotecas jurídicas, dada a quantidade de produção intelectual que esta área demanda, na mesma medida os bibliotecários precisaram ajustar e aperfeiçoar suas práticas e estratégias de atualização com o objetivo de atender as exigências dos seus usuários e desenvolver um acervo mais completo.

A biblioteca Artemis Leite, adotou medidas que envolvem desde a pesquisa diária por novas publicações nos sites das editoras, indicação de usuário, até participação de treinamentos do CEAF, compreendidos a seguir:

- a) Pesquisa: o bibliotecário possui habilidades de pesquisa, faz parte da sua função investigar e recuperar as informações. Esta prática é aplicada pela bibliotecária do processamento técnico diariamente nos sites das editoras, onde procura pelos lançamentos e dessa forma consegue saber o que está sendo discutido e acompanhar as novidades.
- b) Indicação de usuário: o usuário é o principal cliente da biblioteca e razão da existência da biblioteca, sem ele a biblioteca seria um depósito de livros. Como todo cliente, o usuário possui demandas e necessidades. Embora a biblioteca Artemis Leite desenvolva um trabalho de atualização de acervo bem criterioso e recorrente, existem chances de deixar passar a aquisição de alguns materiais, que são apontados pelo usuário no momento de necessidade. Com a indicação do usuário, é possível mapear onde ocorreu o ponto de falha no radar da biblioteca, e aperfeiçoar processos buscando responder as questões: por que não tem no acervo o título indicado? É um assunto novo? Está na lista de aquisição? Apesar de ser uma prática de origem da biblioteca, ela é um importante meio de garantir atualização.
- c) Treinamentos: a participação de uma bibliotecária nos treinamentos oferecidos pelo CEAF tem como objetivo entender as temáticas e principais debates ocorridos em palestras, treinamentos, rodas de conversas

promovidas pelo centro de estudos no MP. De forma ativa a bibliotecária realiza a coleta de indicações dos autores e livros que estão fundamentando conhecimento dos palestrantes nesses eventos, conhece as temáticas que está envolvendo os setores, embora a participação nessas atividades, em sua grande maioria, não se dá pelo objetivo crescimento profissional propriamente dito, considerando que não há uma relação direta entre os cursos oferecidos e a biblioteconomia, mas de recolher dados de temáticas que serão necessárias para incorporar o acervo.

As dificuldades de atualizações enfrentadas pelas bibliotecárias foram muito pontuais e envolvem dois fatores, um processual e outro físico. O primeiro deles é o processo de aquisição que pode ser bastante demorado e burocrática, por ser parte de órgão público e ocorrer por meio de editais e licitações. Apesar do conhecimento de prazos estabelecidos nas licitações, a dificuldade seria para ocasiões em que há uma exigência urgente de adquirir algum título não disponível no acervo e uma demanda de pesquisa, quanto a isso a única medida é aguardar, pois a biblioteca já possui métricas que visam prever o máximo possível dos assuntos e títulos.

O segundo fator seria o espaço físico que está limitado a pequeno, não podendo atribuir muitos títulos físicos nas estantes, tendo as vezes no máximo dois exemplares de cada publicação (com exceção daqueles que são muito requisitados ou de coleções). Ainda que a oferta das bibliotecas digitais seja extensa e variada, a bibliotecária apontou que alguns autores dispõem das suas obras apenas no meio físico, outros possui publicações em ambos os meios, e no processo de avaliação de aquisição levanta-se um questionamento preocupante, pois se a biblioteca optar apenas pelo ebook, na hipótese de cancelamento de assinatura digital, o livro seria perdido da coleção abrindo uma lacuna e se tornando uma demanda urgente. Entretanto não é possível também manter os dois formatos devido a limitação de espaço, para tentar solucionar o problema é feito o desbastamento do acervo e já existe um projeto de adaptação de espaço existente em andamento para a biblioteca.

6.3. Garantia da qualidade da informação

A qualidade da informação é o principal insumo da atividade do operador do direito, ela exerce influência no processo decisório e impacta diretamente em seu ofício, para ele importa ter informação atualizada, de fontes confiáveis e nos diferentes tipos de fontes e meios.

Podemos inferir que a qualidade pode ser assegurada a nível de confiabilidade, credibilidade e segurança a partir das características que guiam a escolha dos parceiros, o serviço de disseminação da informação que visa garantir que as diferentes formas de inserção da informação, digital ou física, certifiquem a informação de valor.

- a) Legislação – é a principal fonte jurídica que norteia a atividade do MP, sendo o principal elemento de qualidade da informação, toda nova lei que influencia diretamente o MP é o indicativo de credibilidade da informação.
- b) Referências – outra forma que garante a qualidade é a comunicação da biblioteca com seus pares e outros órgãos. Essa comunicação efetiva permite garantir a confiabilidade das informações considerando que as discussões estão presentes em radar nacional, uma garantia de segurança. Dada a autoridade.
- c) Temática – com o posicionamento da biblioteca frente as estratégias para conhecer as temáticas atuais, a biblioteca garante que seu usuário encontro o valor informacional tendo o necessário para estar à frente em processos.
- d) Autoridades - a escolha de autores renomados, juristas e editoras com experiência, passa a credibilidade da informação, já que essa experiência é inerente a biblioteca e reflete um quesito consolidado ao longo dos anos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura e os critérios de seleção e organização das fontes de informação jurídica disponíveis na Biblioteca Artemis Leite do Ministério Público do Estado do Pará. O estudo revelou que a biblioteca exerce um papel essencial na disseminação de informações confiáveis e atualizadas aos operadores do direito, garantindo suporte técnico e informacional para a atuação do Ministério Público.

A análise permitiu constatar que a biblioteca adota práticas criteriosas na seleção e atualização de suas fontes informacionais, tanto no formato físico quanto digital. A utilização de indicadores como referência institucional, experiência da plataforma, qualidade do conteúdo e funcionalidades oferecidas revela uma gestão planejada e voltada para a excelência. Essas medidas garantem que as fontes de informação estejam alinhadas com as necessidades e os interesses institucionais do MPPA.

A inclusão de plataformas digitais na biblioteca ampliou significativamente o acesso remoto às informações jurídicas, favorecendo a pesquisa e a atualização constante dos servidores. O uso dessas plataformas é vital para suprir as demandas de profissionais que atuam em regiões mais afastadas do estado, garantindo acesso eficiente e célere às fontes informacionais. Destaca-se que a biblioteca adotou uma postura proativa na avaliação dos serviços digitais, priorizando ferramentas com funcionalidades que otimizam a recuperação e o uso da informação jurídica.

No que se refere ao acervo físico, constatou-se que a biblioteca possui um processo rigoroso para a seleção de novos títulos. A análise minuciosa de critérios como relevância temática, autoridade do autor e indicação de usuários reforça a preocupação em manter um acervo atualizado e relevante. Essa prática é crucial para que a biblioteca continue atendendo com eficiência as demandas informacionais dos operadores do direito e demais usuários.

Outro ponto relevante é a prática da disseminação seletiva da informação realizada pela biblioteca, destacando-se como uma ferramenta estratégica para garantir que os usuários estejam sempre atualizados sobre temas jurídicos em destaque. Essa prática não apenas fortalece a relação entre a biblioteca e seus usuários, como também agrega valor aos serviços prestados pela instituição.

A biblioteca Artemis Leite mostrou-se atuante e preocupada em propagar sua importância em todos os âmbitos do Ministério Público, a partir do desenvolvimento de trabalhos que garantem de todas as formas possíveis o acesso à informação para o usuário, a

segurança de qualidade dessas informações e diversidade. Conseguiu ao longo dos seus 40 anos de existência o apoio dos parceiros, administração superior e dos usuários, além de reconhecimento da biblioteca nas suas atividades, eventos e necessidades. Recebendo todo suporte necessário para sua existência e aperfeiçoamento, um sentimento muito pontuado pelas bibliotecárias.

Com este estudo de caso pretendeu-se mostrar o trabalho realizado pelas bibliotecárias jurídicas nos desafios de uma área especializada, os diferentes serviços da biblioteca, tornar conhecidas as práticas e critérios de seleção. Os resultados expostos no capítulo anterior responderam aos questionamentos levantados acerca da forma que a biblioteca seleciona e atualiza as fontes de informação, os indicadores de confiabilidade e respondendo ao objetivo geral de análise da estrutura, organização e seleção de fontes.

Mesmo com tantas práticas positivas, a biblioteca precisa diminuir o período de intervalo de estudo de usuário; o último foi realizado em 2020 e até a conclusão deste trabalho não havia atualização, apenas a previsão. O estudo de usuário é uma ferramenta que permite que a biblioteca consiga atender o seu usuário da melhor maneira possível, além de avaliar os produtos e serviços oferecidos.

A elaboração de uma investigação sobre quais os meios de acesso (digital ou físico) mais utilizados pelos usuários poderia ajudar a nortear o processo de decisão de aquisição e disponibilização dos títulos no acervo. Quais são os tipos de usuários que mais acessam e a qual nível de conhecimento, acadêmico ou profissional? Qual o nível de satisfação dos usuários com os produtos e serviços oferecidos? Quais são mais utilizados? A formação especializada em direito é um fator que pode fazer diferença na atuação dos bibliotecários?

A análise do funcionamento da biblioteca reforça a importância do bibliotecário jurídico como elemento importante na recuperação, disseminação e mediação da informação jurídica e consolida sua necessidade na organização inserida, valorizando as práticas de excelência na propagação do conhecimento.

Diante dos resultados alcançados, conclui-se que a Biblioteca Artemis Leite adota práticas eficientes e inovadoras na gestão de fontes informacionais jurídicas, assegurando a qualidade e a credibilidade das informações disponibilizadas aos seus usuários. A constante atualização do acervo, a escolha criteriosa das fontes e a adoção de estratégias proativas para atender às demandas do MPPA são aspectos que consolidam a biblioteca como uma referência informacional na área jurídica.

Contudo, recomenda-se que a biblioteca continue aprimorando suas práticas e investindo em soluções que superem as dificuldades enfrentadas, especialmente no que tange à ampliação do espaço físico e à modernização de seus processos administrativos. Sugere-se também a ampliação da comunicação com os usuários, promovendo ações educativas que estimulem o uso eficiente dos recursos informacionais disponíveis.

Por fim, esta pesquisa contribui para o campo da Biblioteconomia Jurídica ao destacar a importância de práticas eficientes de gestão de fontes de informação jurídica e evidenciar o impacto dessas práticas na qualidade e na confiabilidade das informações utilizadas pelos operadores do direito. A experiência oportuna da Biblioteca Artemis Leite pode servir de modelo para outras bibliotecas jurídicas que enfrentam desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.
- CERVO, Amado L. et al. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.
- FERREIRA, Ana Carolina; SANTOS MACULAN, Benildes Coura Moreira. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 279-303, 2018.
- FONSECA, João. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GERALDO, G.; PINTO, M.D.S. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 39–60, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22603>. Acesso em: 20 mar. 2025
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **A RECUPERAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL**: propostas para uma linguagem de indexação na área. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- LOPEZ-MUÑIZ, Miguel Goni. **Informática jurídica documental**. Madrid: Diaz de Santos, 1984.
- MARQUES JÚNIOR, Alaor Messias. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 1997.
- MARTINHO, Ana Maria. O bibliotecário jurídico: identidade e competências profissionais. In: Encontro Nacional de Bibliotecas Jurídicas, 1., 2004. **Anais [...]** Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2004.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- MIRANDA, A. C. C. de; D'AMORE, T. M.; PINTO, V. B. Gestão documental da informação jurídica. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 9, n.

1, 2014. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/19455>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; MIRANDA, Erlano Silva de. A gestão da qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 262–278, 2016. DOI: 10.20396/rdbci.v14i2.8643771. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643771>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; MIRANDA, Erlano Silva de. Fontes de informação jurídica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 22, n. 50, p. 76–90, 2017. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v22n50p76. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p76>. Acesso em: 20 mar. 2025

PARÁ. Lei nº 10447, de 8 de abril de 2024. Dispõe sobre a estrutura organizacional dos órgãos Auxiliares e Serviços de Apoio Técnico e Administrativo e do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Pará. **Diário Oficial do Estado**: seção 1, Belém, PA, 09 de abr. 2024.

PASSOS, Edilenice ; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: GIDJ/RJ, 2001. Disponível em: http://www.infolegis.com.br/wa_files/perfilbibjuridico.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025

PEREIRA, Mariland Pires. A biblioteca como recurso estratégico no escritório de advocacia. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 19–37, 2006. DOI: 10.20396/rdbci.v4i1.2033. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2033>. Acesso em: 25 mar. 2025.

REZENDE, Ana Paula. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ci. Inf.** [online]. Brasília, v. 29, n. 1, jan./apr. 2000, p. 51-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SENA, Alexandre; PIRES, Erik André de Nazaré. Qualidade da informação: uma breve abordagem sobre a contribuição do periódico científico para ciência. **Múltiplos olhares em ciência da informação**, Pará, v. 2, n. 1, p.1-19, mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/download/1539/1133>. Acesso em: 20 mar. 2025

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.